

4 Territórios

Olhar o Mediterrâneo é olhar as suas margens. Há milénios que o homem tem vindo a apropriar-se dos espaços que bordejam o mar, numa luta tenaz e incessante com os baixios (Braudel). Edifica aterros, constrói diques, abre canais.

Insalubridade

O contorno mediterrânico é muitas vezes constituído por pântanos e sapais que invadem todas as costas baixas, isto é, as que são vizinhas das planícies a que o navegador acosta e onde o homem, naturalmente, procura estabelecer-se. A praia atraente, onde é fácil puxar os barcos para o areal, dissimula muitas vezes os miasmas e o Mediterrâneo arcaico está rodeado de terras por tratar, que hoje não desapareceram totalmente e que ainda há poucos decénios encontrávamos nas planícies do Languedoc. Paisagens de pauis que comunicam com o mar por rias mais ou menos largas; sucessão de lagos interiores de águas estagnadas, rodeados de juncos e de vimes proliferantes. O périplo de Cílix anota-os regularmente no seu percurso. Bastam algumas elevações de uma dezena de metros de

altitude para convidar o homem a instalar-se num meio por vezes insalubre, mas na encruzilhada entre terra e mar, numa situação ideal para as trocas.

Insalubridade. É ela que, no princípio da *Iliada*, acolhe os gregos nas praias de Tróia, «peste» enviada pelas flechas rápidas de Apolo. Um dos doze «trabalhos» de Hércules consiste em derrubar a hidra de Lerna cujo hálito fétido é o símbolo das pestilências emitidas pelos pântanos da planície de Argos e que não poupam pessoas nem rebanhos; é de «tocha na mão» (Eurípides, *A loucura de Hércules*, 420) que o herói ataca, tal como os homens que procuravam purificar pelo fogo este ambiente malsão. Trabalho incessante, sempre a repetir, porque o mal volta logo que renascem as cabeças do monstro.

Empédocles, o filósofo de Agrigento do século V, passava por ter tido uma acção eficaz para auxiliar a vizinha cidade de Selinonte na eliminação das águas estagnadas:

«Tendo-se abatido sobre os habitantes de Selinonte, por causa das emanações do rio próximo, uma pestilência que fazia perecer os homens e as mulheres abortar, Empédocles concebeu a ideia de fazer confluir a água de dois rios das cercanias, a expensas suas: esta mistura teve o efeito de acalmar os caudais. Assim a pestilência acabou e um dia em que os Selinontinos festejavam na margem, apareceu Empédocles; eles levantaram-se em sinal de agradecimento e dirigiram-lhe uma oração, como se faz a um deus.» (Diógenes Laércio, *Vidas*, VIII, 70).

Eliminar a água «que dorme»: eis com efeito um dos combates seculares que encontramos em toda a parte. No princípio do século VI, no vale do Fórum romano, graças a Tarquínio, o Antigo, rei de origem coríntia oriundo da cidade etrusca de Tarquínia, é a construção de uma série de esgotos que conduzem ao rio, muito próximo (Tito Lívio, I, 38, 2). No fim do mesmo século, Tarquínio, o Magnífico, melhora ainda esta drenagem:

«Os plebeus achavam menos penoso construir templos aos deuses com as suas mãos do que passar a seguir para outros trabalhos, menos grandiosos mas muito mais fatigantes, como construir os degraus do circo e um grande esgoto (*cloaca maxima*) subterrâneo destinado a receber todas as imundícies da cidade.» (Tito Lívio, I, 56, 2)

Nos campos etruscos, multiplicam-se os fossos (*cuniculi*). E em todos os deltas dos grandes rios, do Nilo ao Danúbio e ao Pó, abrem-se canais para circular mas também forçar a circulação da água. Nas novas cidades coloniais a questão do domínio da água, da evacuação das águas pluviais e das águas sujas é uma das prioridades; os ilhéus urbanos, organizados de maneira racional, são divididos no sentido do comprimento por um eixo mediano que serve também de «linha divisória» e os taludes permitem às águas escoar-se para a rua mais próxima; a rede de ruas, por sua vez, conduz a água para a fortificação e dispositivos particularmente estudados permitem o escoamento sob a muralha, para evacuar as águas da cidade. Tal é a situação em Mégara Hiblea nos séculos VII e VI, em Tasos no século V. Em Agrigento, após a vitória de Himera em 480, os agrigentinos utilizam os prisioneiros cartagineses:

«Talhavam as pedras que haviam de servir para a construção dos maiores templos dos deuses, bem como para a dos esgotos subterrâneos destinados ao escoamento das águas para fora da cidade, obras notáveis, embora de destino vil. O arquitecto que dirigia os trabalhos chamava-se Fáiax; foi por isso que as condutas subterrâneas receberam o nome de “fáiacas”.» (Diodoro, XI, 25)

A drenagem é de todos os tempos, com os meios de cada época. O mundo arcaico não a ignorou, esse mundo que correspondeu a uma época de ocupação dos litorais, logo, do seu ordenamento.

Em contraponto e complemento da acção de Hércules situa-se o papel de Ártemis, deusa da natureza sã e dos lugares onde a água corre e se espalha: as fontes. Os seus santuários localizam-se muitas vezes aí, sobre uma eminência próxima das margens, para velar e proteger.

Os homens suportaram este quadro de existência que, aliás, lhes permitiu tantas realizações. Sofreram na pele, enfraquecidos, gastos, incitados à indolência. Sem entrarmos aqui no debate sobre as razões do desenvolvimento dos diferentes tipos de malária e do seu lugar no mundo arcaico, é incontestável que o preço a pagar foi pesado. «Colonizar a planície é muitas vezes morrer nela» (Braudel).

A reacção foi agir, arranjar, drenar. Em suma, a ocupação destas faixas entre terra e mar. Como dizia um provérbio toscano, o verdadeiro remédio contra a malária

é «uma marmita bem cheia», isto é, o sedentarismo, a estabilidade laboral, o plantio e a irrigação, a vida. Nas fases de abandono das terras a malária volta incessantemente, incansavelmente: o sítio de um antigo empório arcaico foi baptizado «Gravisca» pelos Romanos, referência directa à insalubridade do local (*gravitas cli*).

Demografia

Ocupação das terras: isso significa saber avaliar o peso demográfico das populações que então se estabeleceram à volta do Mediterrâneo. Não dispomos de elementos para fazer racionalmente demografia quantitativa para a Antiguidade, muito menos para a época arcaica. No entanto, o historiador não está totalmente desarmado. Pode chegar a pontos de referência que evitam que diga ou escreva à toa. A partir do século passado (Beloch), os estudos demográficos vêm atinando resultados que não são de desprezar.

Os métodos acabam por ser mais importantes do que os resultados: verificar progressivamente a sua validade é o único meio de um dia chegarmos a resultados fiáveis. Neste sentido, a história antiga e a arqueologia são ciências «experimentais» que fazem tentativas, as submetem à crítica histórica antes de as apurar, as retomar por inteiro ou as abandonar.

A arqueologia permite diferentes vias de investigação na medida em que dá a conhecer as estruturas habitacionais, os planos urbanísticos, a extensão das terras cultiváveis, a organização dos cemitérios (necrópoles). Todavia, para obtermos resultados temos que dispor de dados completos ou de amostras representativas, o que nem sempre acontece. Passa desde logo a haver um limiar qualitativo essencial entre um esforço científico e um cálculo impressionista que na realidade é demasiado subjectivo para ser cálculo.

Quanto às fontes literárias, dão indicações que são difíceis de tratar porquanto os poucos números que possuímos não são estatísticas mas dados parciais, muitas vezes a interpretar no âmbito de determinado contexto. Servimo-nos de indicações sobre o número de barcos utilizados para uma fundação, uma partida, uma batalha naval que implique todas as forças da cidade; reflectimos a partir do número de hoplitas que travam uma guerra. O ponto de partida é muitas vezes o número de colonos que saem para fundar uma colónia e a referência mais conhecida é a da partida dos habitantes de Thera para a costa africana, antes da fun-

dação de Cirena; são, com efeito, dois barcos de 50 remadores que transportam os primeiros colonos, após um reconhecimento do terreno:

«A cidade (Thera) resolveu que em cada família um de dois irmãos partiria, designado à sorte, e que cada um dos seus distritos — tinha sete — forneceria um certo número de colonos, tendo Battos por chefe e rei. Mandaram pois partir para Plateia duas pentaconteras.» (Heródoto, IV, 153)

A questão da capacidade de transporte das pentaconteras ainda está de pé. Além dos remadores, quantos homens podiam ir para bordo? Heródoto ensina-nos (VII, 184) que um navio deste tipo, por ocasião de um combate naval, podia acolher, além dos remadores, uma média de 30 homens. Podemos pois considerar que os colonos de Thera que partiram para África deviam ser cerca de 200. Tratava-se de homens, de chefes de família, não há referência a mulheres; as primeiras companheiras dos Gregos devem portanto ter sido mulheres indígenas. Este exemplo fornece assim uma ordem de grandeza para a fundação de uma colónia arcaica.

Surge uma dificuldade. Segundo os métodos utilizados, podemos chegar quer a um número de habitantes, os que vivem em determinado sítio em determinado momento, integrando todas as categorias, quer a um número de cidadãos varões e adultos, os chefes de família que participam na assembleia do povo e que votam; ora há, evidentemente, entre estes dois conjuntos toda uma gama intermédia conforme adicionemos aos chefes de família as mulheres, as crianças, os estrangeiros e os escravos, sendo esta última categoria a mais difícil de avaliar ao mesmo tempo que se foi tornando a mais importante no plano quantitativo.

Tomemos alguns exemplos que utilizam dados literários, mas também dados arqueológicos.

A população de uma colónia grega no século V: Himera, na Sicília

Esta colónia, fundada pelos Calcídeos de Zancle nos meados do século VII, e portanto contemporânea de Cirena, estende-se junto ao Mar Tirreno, com uma cidade alta, os seus bairros habitacionais e os seus templos, e uma cidade baixa na planície. A investigação arqueológica permite um bom conhecimento da organização do habitat.

Em 1971 um estudo (Asheri) cruzou as indicações arqueológicas com os dados literários, na verdade uma passagem de Diodoro (XIII, 61, 1) que narra a eva-

cuação da população da cidade por altura do cerco de Himera pelos Cartagineses, pouco antes da célebre batalha de 480. Baseando-se no número de trieras utilizadas e no número de passageiros que elas podiam embarcar, o autor conclui que a população da cidade devia ser então de 20 000 habitantes. Por outro lado, examinando a organização do habitat normal da cidade alta (o único bem conhecido à época desta pesquisa), chega à estimativa seguinte: os 17 bairros urbanos e as 450 unidades habitacionais devem ter podido albergar cerca de 4 000 pessoas (indivíduos livres e escravos). Objectou-se por vezes a este estudo esta diferença demasiado grande entre os 4 000 habitantes da cidade alta e a população total de 20 000 habitantes, calculada graças ao texto de Diodoro. Haveria contradição entre os textos e a arqueologia? Não parece, dado que as mais recentes investigações no terreno mostram que a cidade baixa era de facto muito mais extensa do que a cidade alta. Por outro lado, temos provavelmente que incluir nos 20 000 habitantes os que moravam nas quintas do território e que, num momento de perigo, imediatamente se refugiavam na cidade.

O exemplo de Himera é ainda mais sugestivo se confrontarmos estes resultados com os números que há um século davam os melhores especialistas: a população de Himera estava então calculada em 60 000 habitantes (Holm) ou um pouco menos de 40 000 (Beloch). Esta lição é essencial e mostra que a pesquisa pode dar azo ao apuramento dos números e a limitar os riscos de erro.

Enfim, o número razoável e credível de 20 000 habitantes para Himera confirma que temos razão em suspeitar de um outro dado numérico fornecido por Diodoro (XIII, 84) para a população da cidade de Agrigento, na mesma época: 200 000 habitantes (dos quais 20 000 cidadãos). É certo que Agrigento era então muito mais importante do que Himera, mas esta relação de 1 para 10 deve ser excessiva.

A população de Atenas e da Ática

Vários dados literários, a começar por Heródoto (V, 97 e VIII, 65) parecem concordar no número de 30 000 cidadãos (e não habitantes) para a Atenas do século V. Podemos pensar que se trata de um número que tem talvez o mérito de dar a população no fim do século VI, por altura da reforma da Clístenes.

Tem-se discutido a capacidade da Pnyx, lugar de reunião da assembleia do povo (*ecclesia*). Nas suas três fases, a Pnyx apresentou sucessivamente uma su-

perfície de 2 400 m², 3 200 m² e 5 500 m², o que talvez permita avaliar o número de cidadãos que a frequentavam em 6 000, 8 000 ou 13 750 pessoas (Gallo); este número é muito inferior ao número de cidadãos, o que corresponde ao que sabemos sobre o absentismo que então ocorria.

Ora, parece que este estado de coisas se modifica no século IV e a assembleia é frequentada com mais rigor. Torna-se logo tentador demonstrar que a capacidade de admissão dos teatros podia contribuir para enriquecer o estudo do caso ateniense: não o teatro enquanto lugar de espectáculos, o que seria demasiado aleatório dado o grande número de factores desconhecidos (afluência dos espectadores, participação das mulheres) mas precisamente o teatro enquanto sede excepcional de reunião da assembleia do povo. E de facto sabemos que o teatro de Díóniso desempenhou em Atenas este papel e que podia receber 17 000 cidadãos sentados quando para certas votações o quorum era de 6 000 votantes. Claro que só os cidadãos adultos do sexo masculino podiam comparecer na assembleia. Podemos portanto reter o número aproximado de 20 000 cidadãos homens. Há que acrescentar as mulheres, as crianças e os escravos para obter a população total.

É notável encontrarmos uma verificação destes dados pelos de um recenseamento do fim do século IV que indica 21 000 cidadãos do sexo masculino mas também 10 000 metecos e 400 000 escravos (Ateneu, VI, 272c). Muitas vezes considera-se o número de escravos demasiado elevado.

Hipódamo de Mileto e a população das «cidades ideais»

O arquitecto Hipódamo de Mileto viveu no século V. Surge ao mesmo tempo como herdeiro da filosofia jónica arcaica e como teórico da era clássica, antes de Platão e Aristóteles. Segundo Aristóteles (*Política*, 1267b), Hipódamo teria inventado a divisão das cidades, mas a ambiguidade do texto não permite dizer com segurança se Aristóteles pensava em quarteirões concretos ou em categorias sociais ou nas duas coisas. Seja como for, é falso considerar Hipódamo o criador do urbanismo grego, porquanto a pesquisa arqueológica demonstrou que já há dois séculos antes dele havia planos regulares no mundo grego colonial. Em contrapartida, beneficiou de um conhecimento aprofundado dos meios coloniais recolhendo assim experiência para a organização das «novas cidades». A sua cidade, Mileto, fundara numerosas colónias no Mar Negro e ele próprio deve ter participado directamente (segundo Hesíquio) na fundação da colónia de Turioi,

no sul de Itália, nos meados do século V (444). Concebeu e realizou a organização urbana da cidade do Pireu, o porto de Atenas, onde havia uma praça com o seu nome (*Ippodameia agora*). Interveio provavelmente em Mileto, se bem que os textos não o digam; em contrapartida, é pouco provável que se tenha ocupado de Rodes no fim do século V.

Hipódamo de Mileto previu uma cidade composta por 10 000 cidadãos do sexo masculino (*Política*, 1267b). E este número é seguramente uma boa referência, pois Hipódamo foi um teórico mas também homem das experiências concretas. Deste ponto de vista, é útil fazer uma comparação entre as ideias de Platão e as de Aristóteles.

Para Platão, nas *Leis*, o número ideal de cidadãos varões, proprietários de uma parcela urbana para a sua casa e de uma parcela de terras no território, devia ser de 5040:

«Com vista a fixar um número que convenha, decidimos que o número dos chefes de família será de 5040 os quais, cultivando um terreno, serão também os seus defensores.» (*As Leis*, 737e)

Número aparentemente estranho mas cujas características foram demonstradas: começa por ser o resultado da multiplicação dos números de 1 a 7 ($1234567 = 5040$) e temos aqui uma clara referência às teorias pitagóricas; depois, como o próprio Platão nos diz, é divisível por 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, e 10 sem resto. Acima de dez é ainda divisível um grande número de vezes, o que dá um conjunto de 59 divisores. É pois particularmente adaptado a diversas divisões dos cidadãos.

O contexto de *As Leis* mostra com evidência que para Platão este número de modo algum deve ser ultrapassado. Portanto, Platão desconfia das cidade demasiado populosas. O essencial, para a *polis*, não é o volume da sua população, mas a sua capacidade para a distribuir pelo espaço e em diferentes subdivisões de modo conveniente. O número de 5 040 tem um valor teórico mas é fortemente inferior ao número de cidadãos na Atenas que Platão conhece.

Aristóteles, no século IV, mostrou-se muito crítico quanto a esta proposta de Platão. Para ele, o número de 5 000 — Aristóteles mantém-se indiferente às sutilezas pitagóricas e arredonda o número 5 040 — é elevadíssimo:

«No que se refere ao número de habitantes que acabámos de citar (5000) não vale a pena esconder que tal multidão necessitará de um território tão

vasto como Babilónia ou qualquer outro lugar de extensão ilimitada de onde possam tirar alimento estes 5 000 homens que não estão adstritos ao trabalho a aos quais temos que acrescentar a massa muito mais considerável das mulheres e serviçais que gravitam em redor.» (*Política*, 1265a)

Aristóteles preferia um outro número dado por Platão na *República*, esquecendo, ou fingindo esquecer que o número 1 000 então fornecido não era uma referência a uma população «ideal», mas sim um número ridiculamente baixo:

«Por isso, enquanto o teu Estado se mantiver sensatamente fiel às disposições que outrora lhe foram conferidas, será um grande Estado: não quero dizer pela fama, mas verdadeiramente grande, pois o próprio exército que o protegesse seria de um milhar de homens.» (*República*, IV, 423a)

Comparando assim Hipódamo, Platão e Aristóteles damos-nos bem conta da originalidade de Hipódamo. Tal como os outros dois, é um teórico, mas ao contrário deles leva em conta as realidades e estas mostram-lhe que a maior parte das cidades gregas, por todo o mundo mediterrânico, tinham uma população de pelo menos 10 000 cidadãos e isto sobretudo após os últimos decénios do arcaísmo, que tinham assistido à reconstrução de numerosos templos e muralhas, bem como à extensão das necrópoles. Neste sentido, Hipódamo é um conservador (Gernet, Asheri).

Cidade e urbanismo

Como se organizavam então estas cidades do Mediterrâneo arcaico? Qual era o cenário da vida urbana? As velhas realizações orientais, de que encontramos exemplos de Susa a Nínive, de Ebla a Mari e a Ugarit, foram frequentes no Próximo Oriente do II e III milénio. Heródoto, no século V, deixou-nos uma soberba descrição da cidade oriental por excelência, Babilónia, que visitou quando ela estava no seu declínio. Descreveu-a demoradamente (I, 178 e ss.), de ambos os lados do Eufrates, dentro de uma muralha de tijolo cozido precedida de um fosso, com as suas ruas rectilíneas e as suas casas de 3 ou 4 andares, com o seu palácio real e o seu santuário no centro do qual se encontrava uma torre em andares, o zigurate.

No princípio dos séculos arcaicos são raras as experiências urbanas perto do Mediterrâneo: as cidades cretenses, depois os centros micénicos da Argólida foram destruídos e a cidade da epopeia, a cidade de Tróia, fica no litoral anatólio, na mesma região onde aparecem há alguns séculos cidades gregas. Todavia, as cidades da Grécia da Ásia, como Fócia, Esmirna ou Mileto, não são constituídas por conjuntos de casas mais organizadas do que as velhas cidades da Grécia, Atenas, Corinto ou Tebas da Beócia. Estas cidades não passam então de grandes aldeias, mais preocupadas com as questões defensivas do que com o urbanismo. Cabanas bem juntas em redor de uma elevação — cidadela e acrópole —, como em Micenas, que tinha uma superfície de 5 hectares no interior da muralha.

Em Atenas subsistiu durante muito tempo uma situação de tipo micénico, antes de o poder político trocar a acrópole pela planície da ágora onde se encontrava a necrópole do Dipylon, deixando os deuses na colina. Em Roma houve primeiro cabanas nas colinas — o Palatino e o Capitólio — com uma necrópole no vale; depois, a «fundação» da cidade, que segundo os textos se deve a Rómulo, traduziu-se pela organização do habitat do Palatino — a *Roma quadrata* das nossas fontes rodeada por uma palissada e um fosso — enquanto os deuses guardavam o Capitólio e o vale iria tornar-se sede da habitação real (*Regia*) e centro da vida política e cívica (*Forum*).

Com muita frequência, a população distribuía-se por aldeias (*kata komas*) próximas, mas separadas umas das outras. Assim se apresentava a cidade de Esparta (Tucídides, I, 10). As unificações políticas que tiveram lugar — os «sinecismas» (habitar em conjunto) — não levaram automaticamente à criação de um conjunto urbano, mas sim ao predomínio do aglomerado mais importante sobre as outras aldeias, prelúdio ao poder da cidade (*polis*) sobre o seu território (*chora*).

O urbanismo mediterrânico não existia então. É o arcaísmo que vai criá-lo, através das experiências coloniais gregas e talvez das instalações fenícias, estas muito difíceis de analisar hoje pela seguinte razão: as velhas cidades fenícias do Próximo Oriente, como Tiro, Sídon ou Biblos, são pouco conhecidas no período destes séculos arcaicos e a primeira estratigrafia séria de um meio urbano foi efectuada em Tiro nem há dez anos (Bikai). No Ocidente, as implantações fenícias foram muitas vezes reocupadas na época helenística e romana (Cartago, Nora, Tarros) e as escavações em extensão foram muitas vezes difíceis. Em Motié e em Espanha, situações aparentemente mais simples não deram resultados

decisivos deste ponto de vista. Finalmente, foram as escavações recentes de arqueólogos alemães em Cartago que deram as indicações mais exactas.

O que está em questão é portanto o seguinte: estes aglomerados fenícios a que não sabemos bem o que chamar para não os assimilarmos abusivamente ou prematuramente às cidades (*poleis*) gregas, teriam na época arcaica uma organização urbana específica? Se sim, assente em que princípios? Continua a ser difícil responder. Cartago parece apresentar uma organização regular do habitat desde o século VIII. Todavia, os espaços públicos não revelam ainda uma disposição clara e a planta das primeiras casas fenícias ainda não foi definida, a despeito das estratigrafias de Tiro e de Cartago.

Passa-se mais ou menos o mesmo quanto às cidades etruscas de Caera, Tarquínia, Vulcis, Vetulónia e Populónia, cidades directamente ligadas à vida mediterrânica, mas das quais conhecemos sobretudo as necrópoles, sendo que os habitat arcaicos guardam ainda muitos dos seus segredos. Podemos no entanto dizer, graças a investigações recentes, que muitas vezes se encontram já plantas regulares, na grande tradição grega colonial, na Etrúria, no fim do arcaísmo (Marzabotto, Spina, Regisvilla).

Voltamo-nos portanto, naturalmente, para as cidades gregas. Com efeito, a investigação arqueológica chegou a resultados absolutamente precisos para as cidades coloniais da Sicília, da Itália meridional e do Mar Negro, sem esquecer Marselha que, graças a investigações intensas e frutuosas, já não é essa «cidade antiga sem antiguidades» de que outrora nos lamentávamos.

Aos resultados das investigações francesas em Mégara Hiblea seguiu-se já uma série de pesquisas frutuosas em toda a Sicília (Siracusa, Naxos, Camarina, Gela, Agrigento, Himera e Selinonte) mas também no sul de Itália (Poseidónia, Metaponte, Síbaris, Crotona, Locres, Eleia). Paralelamente, no Mar Egeu (Tasos) e no Mar Negro (nomeadamente Ólbia e Hístria) obtiveram-se também resultados importantes. Muitas outras estações que é impossível citar de uma forma exaustiva fornecem elementos complementares.

Fundações e ritos

Antes da fundação há a chegada a uma terra estrangeira, os primeiros passos na praia. E antes de mais nada é para os deuses que sobem os pensamentos dos

homens. Assim fazem os gregos que vêm da cidade de Cálcis ao tocarem as costas sicilianas, um pouco a sul do Estreito:

«Os primeiros gregos que desembarcaram na ilha foram calcídeos da Eubeia que, sob a orientação do seu *oikistes*, Tucles, se instalaram em Naxos. Erigiram em honra de Apolo arcaegeta um altar, que agora se ergue fora da cidade.» (Tucídides, VI, 3)

Apolo é o deus de Delfos. É «arcaegeta», *archegetes*, o que quer dizer «fundador»: o deus que, na *Iliada*, constrói as muralhas de Tróia. Nada se faz sem o acordo de Delfos, onde era revelado o conselho do deus através de um oráculo, pela Pítia, uma mulher da cidade de Delfos pertencente a uma família de cidadãos e que Ésquilo apresenta no princípio das *Euménides*, em 458. Em todos os relatos sobre fundações (*ktiseis*), o deus é apresentado através da palavra do oráculo, sempre ambígua mas incontornável. As numerosíssimas sentenças oraculares conhecidas através dos textos são muitas vezes resultado de reelaborações posteriores: o vocabulário utilizado parece por vezes confirmar-lhes o carácter arcaico, mas, por conservadorismo, os oráculos eram proferidos, até redigidos, pelos sacerdotes de Delfos com expressões muito particulares e tradicionais. E são, a seguir à epopeia, a expressão de uma literatura oral que tem na improvisação uma das suas características. Entre os textos oraculares que chegaram até nós, alguns são reelaborações tardias, ao passo que outros são autênticos, em particular os que se conhecem graças a inscrições de datas recuadas.

Os fundadores que ignoram o oráculo correm para o fracasso. O método bom é portanto ir primeiro a Delfos buscar o conselho do deus, depois honrá-lo logo à chegada:

«Desembarcaram na orla do mar e tiraram das ondas o rápido navio, alando-o para terra, bem acima na areia; dispuseram sobre os seus flancos uma linha de barrotes grossos e fizeram um altar na praia. Acenderam o fogo e, segundo as ordens do deus, ali consagraram farinhas brancas, orando agrupados em redor do altar. A seguir comeram a sua refeição perto do rápido navio negro e ofereceram libações aos deuses venturosos, senhores do Olimpo (*Hino homérico a Apolo*, v. 505-512)

Uma vez cumpridos os ritos e feitas as orações, pode iniciar-se a acção do

chefe. Primeiro, é preciso encontrar o sítio:

«Que poderosa memória deviam ter os homens desse tempo! Quantas indicações lhes eram dadas sobre a maneira de identificar os lugares, sobre os momentos propícios aos seus empreendimentos, sobre os sacrifícios a fazer aos deuses de além-mar, sobre os monumentos dos heróis cuja localização era secreta e muito difícil de encontrar em regiões tão afastadas da Grécia! (...) Quantos indícios tinham eles que discernir para encontrarem o lugar atribuído e fixado a cada um deles para aí fundarem a sua colónia!» (Plutarco, *Sobre os oráculos da Pitia*, 407f-408a)

À cabeça do grupo, o *oikistés* (literalmente: «o que dá morada») cujo nome conhecemos muitas vezes — há casos em que são dois, se a expedição for composta por emigrantes oriundos de duas cidades — e cuja missão era dirigir a expedição — assumia então o papel de chefe, de *hegemon*. Uma vez chegado ao sítio, o *oikistés* tem que instalar a sua gente, isto é, mandar delimitar o espaço, organizar a rede de ruas e os bairros, enfim, distribuir os talhões por cada um dos homens que o acompanharam e que tenham vocação para se tornarem chefes de família. Se houver sorteio para a distribuição, é ele que o organiza.

Homero, no século VIII, conhece estas práticas da fundação que estão então em vigor e resume assim a actividade de um fundador mítico:

«Rodeou a sua cidade com uma muralha, edificou casas e templos e distribuiu terras.» (*Odisseia*, VI, 7-11)

Diferentes etapas. O espaço, significa o espaço urbano — a própria cidade — e o espaço rural, o terreno (em grego, a *chora*). O espaço urbano era logo delimitado à partida, o que em si não surpreende, e pensemos nos relatos sobre a fundação de Roma, onde Rómulo, que é um *conditor*, um *oikistés*, dá a volta ao terreno da futura Roma (de facto, da colina do Palatino: Tito Lívio, I, 7, 2) traçando um sulco no solo que os historiadores de Roma que escreveram em Latim chamaram *sulcus primigenius*. Leia-se o historiador de língua grega Dinis:

«Como já não havia obstáculos à fundação da cidade, Rómulo fixou o dia em que as operações deviam começar e pôs-se a prever sacrifícios aos deuses. Fez os preparativos necessários para isso e para receber o

povo e, chegado o dia, começou por fazer os sacrifícios aos deuses e ordenou em seguida aos outros que fizessem o mesmo, conforme as suas possibilidades. A seguir, leu os auspícios, que foram favoráveis, antes de acender umas fogueiras diante das tendas e mandar o povo saltar as chamas para que se purificasse dos seus erros. Quando achou que tinha sido feito tudo o que agradava aos deuses, convocou o povo todo para o lugar designado e traçou no topo da colina uma figura quadrangular mediante um sulco contínuo cavado por um arado puxado por um touro e uma vaca, sulco sobre o qual estava destinado erguer-se uma muralha. Desde então os Romanos têm o hábito de traçar um sulco em redor dos sítios onde constroem cidades. Feito isto, e depois de ter sacrificado os dois animais, mandou imolar muitas outras vítimas e meteu o povo ao trabalho.» (Dinis de Halicarnasso, I, 88, 1-2)

Este texto dá uma ideia precisa e concreta da maneira como se operava uma fundação urbana. Note-se a importância dos gestos, dos ritos e dos sacrifícios, embora Rómulo se inscreva aqui tanto numa tradição etrusca como numa tradição grega. É tudo organizado com muito cuidado, segundo um código de conduta que os fundadores aprendiam junto das autoridades religiosas da sua cidade de origem.

O sulco é o símbolo do fosso que os arqueólogos por vezes descobrem e que se encontrava no exterior da fortificação. O limite da cidade foi portanto materializado logo de início em negativo (fosso) e em positivo, embora a muralha tenha começado por ser apenas o talude de terra extraído pela abertura do fosso. Heródoto já tinha notado este facto a propósito de Babilónia. A muralha é feita para proteger; é uma realidade visível na paisagem e é ela que assinala a presença da cidade. Todavia, o seu verdadeiro papel é outro: separa o mundo dos vivos do mundo dos mortos. Com efeito, no interior da cidade encontram-se bairros com as casas e os seus habitantes, bem como os espaços públicos, ao passo que o exterior é sobretudo o domínio das necrópoles, colocadas diante das muralhas e ao longo das estradas e caminhos que saem da cidade. Os deuses estão por toda a parte, embora o seu lugar seja primeiramente dentro da cidade.

É certo que este relato, tal como uma boa parte da tradição sobre as origens de Roma, é uma reelaboração tardia devida aos historiadores da época helenística, mas é feito a partir de dados históricos sobre a fundação das cidades etruscas e gregas arcaicas. Os historiadores tardios mostraram Rómulo a agir à maneira

dos fundadores gregos. Rómulo é um personagem mítico construído a partir de dados históricos. Usa um nome corrente na onomástica romana, etrusca e itálica dos séculos arcaicos para tornar o seu personagem ainda mais verosímil. E a tradição fixava a fundação de Roma na mesma época — os meados do século VIII — da das mais antigas cidades gregas da Itália do Sul e da Sicília, sobre as quais as informações eram exactas. Paralelismo cronológico e paralelismo de práticas.

Esta delimitação do espaço urbano — que em Roma é o *pomerium* (*post murum*) — impressiona os arqueólogos porquanto nas fundações coloniais gregas observamos a marcação de um espaço muito grande, bem superior às necessidades imediatas do grupo dos fundadores. Esse espaço mantém-se muitas vezes imutável durante vários séculos. Desde logo, damo-nos conta de estar perante uma operação de grande alcance simbólico e ideológico e não perante um esquema prático de instalação.

Por certo não faltariam os conflitos: recordemos o mito da zanga entre Rómulo e Remo e a morte deste último, culpado de ter desprezado os ritos.

Pensamento, prática da geometria e talhões urbanos

Com os seus companheiros, o fundador traça orientações, mede, pratica uma ciência que desempenha então um papel essencial.

Esta ciência é a geometria, «princípio e pátria de todas as ciências» segundo o pitagórico Filolau de Crotona, no século V. O seu desenvolvimento está ligado ao progresso da matemática jónia. Os Jónios e Tales de Mileto tiveram um papel importante. Os números passavam por ser uma invenção fenícia, segundo o testemunho tardio e duvidoso de Proclo; gostaríamos de saber se este testemunho está ligado às tradições (falsas) da origem fenícia de Tales de Mileto.

Há uma ligação estreita entre a elaboração de concepções teóricas e a realização de experiências concretas, no terreno, que exigiram um saber prático mas também, e sobretudo, um saber «pensar». Teoria e prática reforçam-se mutuamente. Se recordarmos que o nascimento de Tales se deve situar logicamente por volta de 635, na segunda metade do século VII, quando já todas as grandes fundações coloniais estão instaladas, tanto no Ocidente como no Mar Negro, concluímos que Tales de Mileto — como Hipódamo de Mileto 150 anos mais tarde — começou por ser um compilador e codificador das experiências coloniais em matéria de urbanismo. O

seu mérito é todavia grande e as suas propostas, que constituem um estudo das propriedades matemáticas das formas, possuem uma unidade notável.

É entre os companheiros dos *oikistai* — ou entre os próprios *oikistai*, que talvez fossem escolhidos em função das suas capacidades — que iremos procurar os primeiros «engenheiros», ao mesmo tempo teóricos e executantes, que contribuíram, ao lado dos seus colegas astrónomos, para o nascimento da geometria e da matemática gregas. Estes pioneiros tiveram que beneficiar dos conhecimentos do mundo oriental e egípcio neste domínio, um mundo que cedo deparou com questões topográficas face ao assoreamento dos grandes rios e à necessidade de agrimensura. Aliás, era já a opinião de Heródoto (II, 109) e muito mais tarde, no século V da nossa era, Proclo explicou:

«Muitos autores contam que a Geometria foi primeiro decoberta pelos Egípcios porque nasceu na medição dos terrenos. Era com efeito para eles uma necessidade, estas medidas, por causa da cheia do Nilo que fazia desaparecer as marcas das parcelas individuais (...) Assim como o conhecimento exacto dos números tem origem nos Fenícios por causa das trocas comerciais e dos negócios, assim foi entre os Egípcios que se (...) inventou a geometria. Tales foi o primeiro a trazer do Egipto este tema de especulação e ele próprio o enriqueceu com numerosas descobertas.» (*Comentário ao livro primeiro dos Elementos de Euclides*, 65 *passim*)

Por vezes, ficamos estupefactos ao ver o grau de precisão então atingido e sobretudo ao verificar que, no interior de um espaço vazio, o fundador instaura um cenário virtual muito completo e muito elaborado. Por exemplo, a malha que ainda não se vê no terreno — a não ser mediante estacas e estruturas leves que não conhecemos — prevê o espaço das ruas, da ágora e dos quarteirões urbanos no interior dos quais serão edificadas as casas. Distinguem-se mesmo ruas largas (*plateiai*) que constituem os grandes eixos e ruelas (*stenopoi*). Os investigadores de Mégara Hiblea surpreenderam-se quando viram que as primeiras casas construídas se encontravam perfeitamente integradas num plano urbanístico que só se materializou vários decénios mais tarde. Elaboraões deste tipo só foram possíveis pela prática do trabalho com o cordel, que sabemos estar na origem da definição geométrica da linha recta: no século VIII, Homero conhecia a sua existência e o seu manuseio (*cf.* também *Odisseia*, V, 245 e XVII, 341):

«Como o cordel ergue um mastro de navio nas mãos de um hábil operário que conheça a fundo a sua arte.» (*Iliada*, XV, 410)

A seguir ao cenário geral, os lotes urbanos. A divisão e distribuição dos talhões, *oikopeda*, é a primeira necessidade para instalar os colonos que lá estão. Um bocado de terra, no interior dos quarteirões, onde vão poder construir a sua casa, um compartimento, quadrado ou rectangular, com uma superfície da ordem dos 20 m². A casa não ocupa o terreno todo; há também um pátio, muitas vezes com um poço aberto para obter água, bem como um terreiro anexo (*gepedon*), por vezes utilizado como pequena horta. Este talhão urbano é a unidade de base, a verdadeira célula da cidade. Há também, como veremos, um talhão, um *kleros*, dentro do território, que constitui propriedade fundiária do colono. Em tudo isto, o princípio de base é a igualdade dos lotes, a *isomoiria*. A divisão do espaço prevê a igualdade dos homens, a igualdade de todas as famílias.

Nos espaços públicos encontram-se as construções necessárias ao conveniente funcionamento da colectividade. O talhão do fundador fica próximo da ágora (Cirena, Mégara Hiblea), no local que devia ser o «ponto zero» do traçado topográfico; após a sua morte, torna-se um lugar de culto onde se celebra a sua memória, um *herôon*. O pritaneu é o lugar onde se acolhem estrangeiros e onde têm lugar as refeições públicas. As arcadas (*stoai*) rodeiam a ágora: é aí, provavelmente, que dormem os habitantes que vivem no território e vão à cidade por ocasião de certas festividades. Há templos dos deuses por toda a parte, na acrópole, perto da ágora, dispersos pela cidade, junto ao mar, próximo do porto, até no exterior da cidade e pelo território, até aos confins.

A terra

A terra é rara junto ao mar. As margens do Mediterrâneo não dispõem, em quantidade suficiente, dessas vastidões de veiga fértil que fizeram a grandeza da Mesopotâmia e do Egipto. O coração do mundo mediterrânico, o da Grécia e das ilhas do Mar Egeu é acidentado. Os Gregos do arcaísmo vivem essa experiência quotidianamente, embora o termo que fala da insuficiência de terreno (*stenocho-ria*) apareça apenas no século IV (Platão, *As Leis*, 708b).

A terra falta ou está mal distribuída. Foi por isso que os emigrantes muitas

vezes partiram. A falta de terra engendra miséria e provoca revoltas e lutas internas (*staseis*) nas cidades do velho mundo da Grécia e das ilhas. É mais consequência de uma realidade social do que geográfica: a terra rareia porque, progressivamente, os patrimónios foram sendo divididos pelas famílias em que, geração após geração, era preciso partilhar a terra, dividi-la pelos filhos. É assim que, segundo Ed. Will, devemos entender um verso de Hesíodo, o primeiro a falar desta situação:

«Assim poderás tentar adquirir o *kleros* dos outros e outro não poderá adquirir o teu.» (*Os Trabalhos e os Dias*, v. 341)

Os aristocratas alargam o seu domínio. Para lutar ao mesmo tempo contra estas fragmentações e contra estas concentrações, a redistribuição das terras é, na Grécia arcaica, a principal reivindicação do povo, do *demos*. É prometendo terra que os tiranos muitas vezes chegam ao poder. Os ricos, os «gordos» (*pacheis*) são os que têm terra. A verdadeira aristocracia é a aristocracia da terra, como os Gamoroi de Siracusa. Terra para as culturas, mas também para a pecuária.

É em busca de terra que partem, para o Oriente e para o Ocidente, para as planícies que bordejam o Mar Negro, para as da Cirenaica, para as terras vulcânicas férteis próximas do Etna e do Vesúvio. Planícies onde se pratica o culto de Deméter, deusa das searas.

A riqueza agrícola é motivo de orgulho que se ostenta nas moedas de prata. Em 530, Metaponte emite estáteres (um estáter = dois dracmas) que mostram no verso e no anverso uma espiga de cevada, por vezes acompanhada por um gafanhoto ou por um golfinho. Em 460, a cidade calcídica de Leontinoi, na Sicília oriental, inclui no reverso dos seus tetradracmas uma cabeça de leão rodeada por três ou quatro grãos de cevada. A cevada, cereal com tanto valor nutritivo como o trigo, foi durante muito tempo subestimada nos estudos modernos.

Há portanto uma parcela rural (*kleros*). Deviam ser raros aqueles que, como um coríntio participante na expedição que levaria à fundação de Siracusa, cediam o seu *kleros* por um bolo de mel (Arquíloco, frag. 216). O *kleros* é uma coisa séria. Esta palavra grega significa «o que cabe em sorte». É o talhão de terra, que não é uma magra parcela, mas uma porção do território com capacidade para sustentar uma unidade familiar de base (*oikos*). A planície cultivável (o *pedion*) é dividida deste modo, ao passo que as zonas mais periféricas — montes, matos e

charneca — constituem a *eschatia*, entregue aos rebanhos e à exploração artesanal de uma economia florestal.

À luz das experiências coloniais, Platão, para a sua cidade ideal, imaginava assim as coisas:

«Cada um dos lotes será dividido em duas porções, atribuídas juntas, que serão uma próxima (da cidade), outra longe: cada lote será portanto formado por uma porção adjacente à cidade e por uma porção nos confins (do território).» (*As Leis*, 745e)

Digamos desde já que não temos exemplos arcaicos deste procedimento: Platão, que sonha uma cidade ideal, quer assim evitar os conflitos que com toda a certeza teriam lugar entre colonos que se cressem lesados pela localização do seu lote. Por trás desta divisão dos campos em dois sectores, entrevê-se com efeito o desejo de ter acesso rápido e cómodo a partir da cidade mas sobretudo de ter, em cada talhão, terras férteis no centro do *pedion* e não apenas porções periféricas, com solos de segunda qualidade. E Aristóteles fazia alusão a antigas leis que proibiam ter lotes de terra próximo da cidade que fossem demasiado grandes:

«Para fazer do povo um povo de agricultores havia antigamente certas leis, em vigor em muitos Estados, de extrema utilidade, que proibiam que se tivesse uma extensão de terra superior a determinada medida; esta proibição podia ser total ou limitada às terras situadas entre um ponto da região e a cidadela ou a cidade.» (*Política*, 1319a)

Aqui vemos surgir o perigo da concentração fundiária que destrói o princípio da *isomoiria* e perturba os equilíbrios sociais e políticos da cidade.

Foi preciso medir e prever o terreno de implantação das quintas. Investigações nos territórios de Gela, na Sicília, de Metaponte e de Poseidónia, na Itália meridional, de Ólbia, no Mar Negro, de Agde, no sul de França e de Ampurias, em Espanha, dão uma ideia de uma organização, de um levantamento cadastral mais que esboçado efectuado na época arcaica. As pesquisas arqueológicas parecem indicar a possibilidade de encontrarmos, a partir do fim do arcaísmo, uma divisão das terras, mas os exemplos mais comprovativos são posteriores ao século V. A dificuldade, como sempre para as fases arcaicas, é conseguir identificá-los e lê-los através das fases mais recentes e dos cadastros romanos.

O principal desafio consiste em identificar os módulos, portanto as dimensões dos talhões, que eram variáveis conforme as regiões, os solos, as culturas e conforme a categoria social do proprietário. Um grande domínio podia atingir 10 hectares nos pequenos territórios da velha Grécia mas ultrapassar os 20 hectares nas planícies vastas, em Metaponte ou no Mar Negro. Uma vinha pequena podia ter menos de 2 hectares. Havia pequenos talhões da ordem dos 5 hectares e lotes próximos dos 30 hectares.

Por trás de tudo isto, os rendimentos deviam variar. Pensamos em rendimentos médios de 10 hectolitros de cereal por hectare, não esquecendo que na Sicília romana haveria rendimentos pelo menos duas vezes mais elevados. Ora as necessidades das populações em termos de consumo, também elas de cálculo difícil, levaram, depois de Jardé, a pensar em 6 hectolitros por ano e por habitante. Isto tendo em conta o facto de a terra ser cultivada um em cada dois anos: já Hesíodo prevê o ano de pousio. Cada homem precisa de pelo menos um pouco mais que um litro de trigo por dia, isto é, um *choinix*, diz Heródoto (VII, 187).

Todavia, a alimentação arcaica consumia os cereais sob a forma de pequenas bolachas, mas também sob uma forma semi-líquida e dava grande importância às papas e aos purés (basta pensarmos na *puls* romana). Havia uma grande variedade de grãos e legumes secos mas também legumes frescos; para não falar nas plantas selvagens, como a cebola albarã, planta bolbosa que no século V conhecia o poeta jónio Hiponax e de que teria falado abundantemente o filósofo Pitágoras de Samos, emigrado em Crotona no fim desse século. Xenófanes de Cólofon, outro filósofo jónio do século VI, apreciava as lentilhas torradas em Eleia e uma prostituta de Gravisca, no século V, chamava-se *Kylyphaké*, «lentilha roliça». E Aristóteles, contrariamente a outros, como Calímaco tinha razão quando disse que as favas eram o prato favorito de Pitágoras.

A divisão primária da terra pela distribuição de lotes foi certamente um dos momentos fortes da «humanização» do Mediterrâneo, no sentido da apropriação pelo homem dos seus terrenos. Ainda que não devamos imaginar os Gregos a desembarcarem em praias desertas. O tema grego do «território por ocupar» (*eremos chora*) tem fortes ressonâncias de propaganda. Na maior parte das regiões, existia um mundo indígena bastante estruturado e havia por vezes actividade agrícola, sem no entanto o espaço estar racionalmente ocupado.

A terra, porém, não é apenas o solo agrícola, são também os campos mediter-

rânicos no seu conjunto, correspondentes à *eschatia* já definida. Os movimentos sazonais de transumância, ritmados pelas estações, introduzem um elemento dinâmico nas relações entre a costa mediterrânica (*paralia*) e o interior das terras (*mesogaia*). É muitas vezes um factor a ter em conta nas relações entre populações da planície (Gregos, Fenícios, Etruscos, por exemplo) e os indígenas do interior. Os caminhos marcados ao longo de um percurso, cujo uso remonta à pré-história, foram sem dúvida alguma um elemento estruturante destas paisagens mediterrânicas e os filólogos reconheceram a antiguidade do termo latino *callis*, a pista seguida pelos rebanhos (cf. o espanhol «calle», que significa rua). Os fortins gregos (*phouria*) do arcaísmo foram de certo modo instalados em função deles. Quem diz via de transumância deve pensar que aí estão sempre contidas as premissas possíveis do estabelecimento de relações de troca e de vias comerciais. Pastores e pastos são portanto, a par dos colonos da planície, componentes dinâmicas: a escassez de inscrições gregas arcaicas impede-nos o acesso a uma documentação directa mas Sófocles, no século V, pôs em cena um pastor, o que recolhe Édipo menino:

«Três vezes / no Cíteron ele com dois rebanhos / e eu com um passámos um semestre / juntos, da Primavera ao nascer de Arcturus. / No Inverno trouxe os meus animais para o redil / e ele os seus para os estábulos de Laios.» (*Édipo Rei*, v. 1132-1139)

Demonstrou-se plenamente (Le Lannou) como toda a história da Sardenha foi condicionada por esta complementaridade e esta conflitualidade entre o sedentário e o nómada, o do centro e o das margens, o homem da planície e o das colinas ou das montanhas. O pastor inscreve-se portanto paralelamente ao pirata: ambos são pessoas instáveis com actividades sazonais. Tornam necessários pontos estáveis. Esses pontos são os santuários.

Santuários

Há um Mediterrâneo dos santuários, como há um Mediterrâneo das cidades. Ao longo de todo o litoral, nos cabos, nos promontórios, no cimo das montanhas surgem templos. Mas é vã uma leitura geográfica da implantação dos santuários e dos seus templos: o santuário não tem autonomia de implantação e de funcionamento. Está ligado a uma comunidade humana e esta comunidade, na época

arcaia, é essencialmente a Cidade-Estado grega, a *polis*.

Temos hoje ainda diante de nós os restos imponentes de numerosos templos gregos. É fácil ver que se situam ora no centro das cidades, na Acrópole de Atenas ou no centro de Pestum e de Siracusa, ora na orla das cidades, como em Agrigento, ora ainda isoladamente, em pleno campo. E são essas, com efeito, as principais categorias de santuários: urbanos, peri-urbanos ou suburbanos e extra-urbanos (Vallet). O ponto de referência é sempre a cidade.

Verifica-se, no início do arcaísmo, uma multiplicação dos santuários. Vestígios de actividade de culto aparecem no princípio do século X em Olímpia, no fim do século IX em Delfos e em Delos, onde os primeiros edifícios religiosos foram instalados no lugar de estruturas micénicas que são muitas vezes restos de aldeias, situação aliás frequente na Grécia. A partir do século VIII, o mapa dos sítios de onde provêm oferendas e objectos votivos que atestam práticas de culto adensa-se extraordinariamente. Nesta época, as construções não são monumentais. Um santuário é um espaço sagrado, *temenos* (plural, *temenê*), «à parte» do ambiente circundante e dele separado por um muro perimétrico ou por vedações (*horoi*). No interior do períbolo há templos, altares, pórticos, diversas pequenas estruturas de culto, depósitos votivos de estatuetas, imagens e oferendas, como os tripés de bronze do século VIII, os vasos com inscrição dedicatória do século VII e sobretudo do século VI.

O templo, construção monumental, vai surgindo progressivamente. Começa por ser construído de madeira, depois em pedra. Para tal, as cidades exploram grandes pedreiras onde em parte é feito o trabalho de desgrossamento dos blocos: são bem conhecidas as pedreiras de Selinonte, na Sicília; a partir do que sabemos das pedreiras da Ática no século IV podemos pensar que fossem propriedade dos santuários, mas era a cidade que organizava a sua exploração (Ampolo). E é altura de recordar que havia nas cidades oficinas especializadas no trabalho da pedra, quer para a construção de templos e de edifícios públicos, quer para a realização de muralhas, cais, fontes e sarcófagos de pedra.

Estas oficinas estiveram particularmente activas na altura em que, por razões políticas, as cidades, com os seus tiranos, adoptaram uma política de grandes obras públicas. Os grandes construtores de templos foram efectivamente os tiranos que assim queriam honrar os santuários de Delfos e de Olímpia ou embelezar a sua cidade: os tiranos Polícrates de Samos, Periandro de Corinto, Teageno de

Mégara, Pisístrato de Atenas, Fálaris e Tero de Agrigento, Gélon e Hiéron de Siracusa foram grandes construtores.

Os santuários urbanos, no coração da cidade, eram espaços sagrados definidos a partir do momento da fundação, ao passo que os santuários extra-urbanos, implantados no território, surgem uma geração mais tarde. Estes últimos são realmente preciosos para compreendermos as fases da tomada de posse, simbólica mas também concreta, do território pelos Gregos.

Estes santuários extra-urbanos na Grécia eram quase sempre visíveis da acrópole da cidade. Em Roma e no mundo colonial não se passou o mesmo, porquanto estavam por vezes afastados; as escalas geográficas não são as mesmas. A cidade, ao implantar os seus santuários no território, coloca monumentais marcos sagrados de qualquer tipo; e os santuários estão ali para serem vistos do mundo indígena ao qual, pela sua presença, recordam a apropriação colonial. Que a cidade não os veja, pouco importa: o essencial é a posição estratégica destes marcos, nos caminhos de transumância, em pontos de controlo do território ou ainda nos promontórios ou ao longo dos rios, a marcar uma fronteira. Nas margens do território, no *eschatia*, a instalação de santuários foi pois um aspecto da formação do território das cidades e particularmente das cidades coloniais.

Fronteiras

A fronteira está em toda a parte, ao redor do Mediterrâneo. Os homens não param de as erguer e o observador vê primeiro, nas paisagens mediterrânicas tradicionais, um pulular de muros de pedras justapostas que permitem as culturas em socalcos mas testemunham também uma vontade secular de dividir o espaço. As fronteiras naturais — os rios e riachos, os estreitos e charcos, os lagos e pântanos, as cristas de montanha e a depressão dos vales — não bastam.

As fronteiras arcaicas foram materializadas de diversas maneiras. Por vezes com fortificações e fossos. Com muros de períbolo. Com redes de fortins (*phrouria*) e de torres (*purgoi*). Com muros de meação nas cidades ou muretes nos campos. Muitas com mecos, os *horoi*, no mundo grego. Os cipos com a menção *tular* («limites») em zona etrusca são geralmente mais tardios, mas os *termini*, em Roma, remontam ao arcaísmo e permitem posicionar os *fines*.

Suprimir a fronteira, retirar os marcos é de certo modo fazer desaparecer a

cidade ou alguma das suas componentes. O primeiro conflito entre cidades gregas foi um conflito de fronteiras, entre Calcis e Erétria, pela posse da planície lelantina, na ilha de Eubeia:

«Quando se combatia, era sempre entre cidades com uma fronteira comum.» (Tucídides, I, 15)

A fronteira é o mundo da marginalidade, o domínio dos caçadores e dos pastores. É um lugar importante de iniciação do efebo ateniense, do jovem que passa à idade adulta e que «anda à volta» do território da cidade (*peripolos*). É o «caçador negro» de P. Vidal-Naquet que frequenta a orla do território durante o segundo ano da efebria (Aristóteles, *Constituição dos Atenienses*, 42, 4).

Tomemos uns exemplos:

- Lemnos, ilha do Mar Egeu, foi por excelência, para os Gregos e particularmente para os Atenienses, um «cabo do mundo», uma terra de fronteira. Nada se passa com normalidade nos mitos que a têm por cenário. As mulheres cheiram mal e degolam os maridos, depois unem-se a uns estrangeiros de passagem, os Argonautas. E o herói da guerra de Tróia que aí é abandonado, Filoctetes, torna-se um marginal atacado por uma doença que o torna repelente. Selvajaria, bestialidade são as antigas maneiras de viver em Lemnos, tal como os Atenienses as viam.

- O exemplo da Roma arcaica, que, sobre este ponto, herda certas práticas etruscas (*Etruscus ritus*) é igualmente instrutivo. Havia um deus, *Terminus*, o deus das marcas, que protegia os *termini*, e celebravam-no por ocasião das festas das *Terminalia* (23 de Fevereiro):

«Os dois senhores (de duas terras contíguas) coroam-te, cada qual do seu lado, oferecem-te cada qual a sua grinalda, cada um o seu bolo sagrado (...) Tu marcas os limites das nações, das cidades, dos reinos imensos. Sem ti qualquer campo pode ser objecto de processo.» (Ovídeo, *Fastos*, 645-660 passim)

A tradição fazia remontar estas práticas à época dos primeiros reis. A implantação de um marco era um acto religioso, a sua retirada ou o seu deslocamento eram sacrilégio (*crimen termini moti*).

A cidade de Roma estava rodeada de marcos miliários que indicavam os limites do espaço urbano enquanto espaço sagrado, o *pomerium*. O território de Roma de-

pois dos séculos VIII-VI tinha fronteiras que eram sublinhadas ao longo de todas as estradas que partiam da cidade. Santuários dos confins, como o Dea Dia em La Magliana, foram assim implantados para marcar os extremos do território romano, *ager Romanus antiquus*. Estes santuários, que na época arcaica eram mais lugares que monumentos, tinham por vezes conotações bélicas ou militares: no ponto onde a Via Appia atravessava este limite, teve lugar, segundo a tradição, o famoso combate dos Horácios e dos Coriácios. Por vezes, as referências eram agrárias e neste contexto celebrava-se a festa dos Robigalia (25 de Abril): Robigus representava uma calamidade para os cereais, a ferrugem das espigas, «um dos raros poderes ruins que têm um culto» (Dumézil). A fronteira remete portanto para o território ou para a guerra, conforme é vista do lado de cá ou do lado de lá. E celebrar um flagelo das colheitas no limite do território é fazer votos pela sua expulsão.

Estrabão fala de uma outra festa, as *Ambarualia*, cujo nome significa «andar à volta das terras cultiváveis»:

«Há entre o quinto e o sexto marco miliário um lugar conhecido pelo nome Festoi que se diz ser o limite do solo romano. Neste lugar e em vários outros hoje considerados fronteira de Roma, os sacerdotes celebram no mesmo dia sacrifícios numa festa chamada *Ambarualia*.» (Estrabão, V, 3, 2)

A fronteira romana é portanto lugar de rituais específicos. Em caso de conflito, o sacerdote — o feccial — que ia apresentar reclamação em nome dos Romanos parava na fronteira:

«Ao chegar à fronteira (*fines*) do país a que se dirige uma reclamação, o enviado cobre a cabeça com um véu de lã (*filum*) e diz: “Escuta, Júpiter, escutai, fronteiras deste ou daquele povo — aqui diz o nome — e que me escute também a Lei Sagrada”.» (Tito Lívio, I, 32,6)

• A disposição de espírito grega é a seguinte:

«Devemos considerar-nos colonos que, tendo partido para fundar uma cidade numa terra estrangeira e povoada de gente hostil, têm a incumbência de ficar senhores do terreno logo no primeiro dia ou estarão condenados, no caso de não conseguirem, a encontrar-se rodeados de inimigos.» (Tucídides, VI, 23)

E Platão tira daqui a conclusão propondo a seguinte lei:

«A primeira lei a formular deve ser a de Zeus “protector dos limites” e nos seguintes termos: “Que ninguém desloque os limites da terra, que sejam estes limites a separá-la de um vizinho que é seu compatriota ou que a sua propriedade seja limitada pela fronteira do país que tiver, de um lado, um vizinho estrangeiro”.» (*As Leis*, 842e)

Quanto a Aristóteles, recorda que, conforme se habita no centro ou na periferia do território, não deve ter a mesma visão da fronteira:

«Certos povos proibem aos cidadãos que habitam na proximidade das fronteiras que tomem parte nas deliberações que incidam sobre conflitos com povos vizinhos, com a ideia de que o seu particular interesse os tornaria incapazes de deliberar com sangue-frio.» (*Política*, 1330a)

Todavia, a fronteira não é apenas separação. É também ponto de encontro, encruzilhada e Hermes era ao mesmo tempo o deus dos comerciantes e o protector das fronteiras. É esse um dos aspectos da sua ambiguidade. O tema da fronteira vai assim dar à problemática da «frontier history» que considera na globalidade as relações entre colonos e indígenas, os que chegam e os que ficam ou querem ficar, a utilização da mão-de-obra indígena no mundo colonial, a questão das mulheres.

A fronteira está portanto no cerne da compreensão das sociedades arcaicas. É necessária, indispensável mesmo, uma vez que se trata de introduzir clivagens entre o privado e o público, os mortos e os vivos, os cidadãos e os escravos, os pastores e os camponeses, os homens e as mulheres, os Gregos e os Bárbaros, os amigos e os inimigos, os deuses e os homens.

Presença dos deuses nos territórios

O templo tem como função essencial albergar a estátua do deus ou deusa. Estas divindades são numerosas, se bem que muitas vezes não nos seja possível, dada a ausência de textos ou de inscrições, atribuir a determinada divindade os vestígios arqueológicos de um templo: por exemplo, em Selinonte. Todavia, entre as atribuições confirmadas, surgem quatro divindades. Dois deuses e duas deusas.

- *Apolo*, o deus arquitecto e fundador, dono e senhor dos dois grandes santuários de Delfos e da ilha de Delos, nas Cíclades, bem como em Corinto. Havia também um oráculo em Dídima, perto de Mileto (Heródoto, I, 157), num santuário controlado e servido pela poderosa família sacerdotal dos Brânquidas que já era célebre no fim do século VII, por altura da vitória do faraó Nechau sobre os Tireses, em 608 (II, 159); este santuário tinha recebido oferendas de Creso, com o mesmo peso das que enviara para Delfos (I, 92) antes de ser provisoriamente destruído pelos Persas, em 494 (VI, 19).

Em Siracusa foi elevado a Apolo, no princípio do século VI, o primeiro templo monumental, situado junto ao porto. Rodeado de colunas (períptero), é de forma alongada, como todos os templos arcaicos da Sicília (58, 10 m de comprimento por 24,50 m de largura) e o seu estilo é dórico; acima das colunas era de madeira, técnica que depois desapareceu; e no degrau mais alto uma inscrição grega que durante muito tempo intrigou os epigrafistas, dá — facto excepcional — o nome do arquitecto que tinha construído colunas de pedra, o que impressionara os seus contemporâneos:

«Cleómedes fez para Apolo (o templo), filho de Cnidieidas, e ergueu as colunas, obras notáveis.»

- *Hera*, esposa de Zeus, que ela acompanha ao Olimpo, tem o seu templo em Argos, onde Policleto lhe fez no século V uma soberba estátua de ouro e marfim (Pausânias, II, 17, 4) que se encontrava no Heraion, santuário extra-urbano característico, nos limites da planície argiva. A riqueza dos despojos votivos arcaicos deste Heraion é excepcional, com, nomeadamente, os seus 96 espetos para grelhar (*obeloi*), de bronze. A deusa tem também um santuário em Peracora, perto de Corinto, onde se descobriu um modelo reduzido do templo, de barro, do início do século VIII.

Em Samos, pelo menos desde o século VIII, Hera tem um templo e um culto. Uma inundação destruiu o primeiro templo, por volta de 670; um segundo templo foi então edificado e instalados outros elementos do santuário, em especial uma grande arcada (*stoa*) para acolher peregrinos. Um terceiro templo foi construído em 540; este novo Heraion media 105 m de comprimento por 52,20 m de largura; desta vez, tem uma dupla colunata (díptero), como o templo de Ártemis em Éfeso e, como este, era de estilo jónico; foi obra de Roico e Teodoro, arquitectos mas

também engenheiros e escultores; o fogo destruiu-o muito rapidamente, por altura da ascensão ao poder do tirano Polícrates (*circa* 538). Um quarto templo surgiu então, ligeiramente mais comprido ainda do que o precedente (108,63 m de comprimento por 52,45 m de largura). Foi, na Grécia, o templo com as dimensões mais imponentes, mas ficou inacabado.

Na Itália meridional, Hera, deusa predilecta do mundo aqueu do Peloponeso, é dominante sobretudo em duas cidades: Poseidónia e Crotona. Em Poseidónia tem dois templos em pleno coração da cidade. Situam-se lado a lado, na mesma zona sagrada, com o seu altar diante da entrada, do lado leste, e têm hoje nomes convencionais («Basílica» e «Templo de Neptuno»). O primeiro (Hera I) foi construído por volta de 540/530, o segundo é mais recente um século; são de estilo dórico e o mais antigo tem uma colunata central, disposição mais frequente. Mas Hera é também dominante no território de Poseidónia, uma vez que é a deusa honrada no grande santuário extra-urbano perto do rio Sele, nos confins do território, onde as escavações revelaram esplêndidas métopes esculpidas, cuja decoração narra diversos episódios míticos (Museu de Pestum) e que pertencem a um ou vários edifícios. Ao lado, foi edificado um grande templo, por volta de 500, também este com métopes esculpidas. É a Hera de Argos (Estrabão, VI, 1, 1) que é aqui venerada através do qualificativo Hera *Hípia*, por referência ao cavalo e, através dele, a diferentes aspectos ligados à importância do terreno.

No território de Crotona, a 9 km da cidade que tinha também cultos à deusa, um outro grande santuário extra-urbano está reservado a Hera, que é aqui *Lacínia*, no campo Lacínio, um grande ponto de referência na costa entre o estreito de Messina e Tarento (Estrabão, VI, 11, 12); neste sítio, que à partida era um bosque sagrado, está atestado o culto desde os meados do século VI, mas o templo data da primeira metade do século V e foi grande a fama do santuário até à época romana.

- Atena não se apresenta apenas na Acrópole de Atenas. Em Fócia, os restos de um templo jónico de Atena, construído de tufo, descoberto em 1954 sobre o promontório que domina o mar, foram datados dos anos 570-560; terá sido este o que os Persas queimaram (Pausânias, II, 31, 6 e VII, 5, 4) em 545. Havia também um em Marselha (Estrabão, XIII, 601, Justino, XLIII, 5, 6).

Atena tinha também um grande santuário na ilha de Rodes, em Lindos, que se tornou célebre nos meados do século VI, uma vez que o faraó Amásis aí fez

oferendas que ficaram famosas, em especial um corpete de linho (Heródoto, II, 182 e III, 47).

Tinha também um templo importante em Poseidónia, convencionalmente chamado «templo de Ceres», que foi construído em 500 e cuja identificação está atestada por um depósito votivo encontrado com numerosas representações da deusa armada.

Na Sicília, Atena foi honrada por várias vezes e nos diversos lugares, mas particularmente em 480, após a vitória de Gélon de Siracusa e dos Gregos sobre os Cartagineses, aquando da batalha de Himera. Ao receber os embaixadores cartagineses vindos pedir a paz após a batalha, Gélon pôs como condição a construção de dois templos onde seriam depositados os tratados de paz (Diodoro, XI, 26, 2), condições que foram aceites, mas nenhum texto indica onde foram construídos os templos. É provável que se trate do templo dórico de Himera, convencionalmente chamado «templo da vitória» e que se encontra na cidade baixa; o segundo templo tem todas as probabilidades de ser o *Atenáion* de Siracusa, também ele dórico, e actualmente integrado na catedral da cidade. A proximidade estilística entre os dois templos foi sempre sublinhada, o que torna os templos arqueológica e historicamente gémeos. O facto de se tratar de dois templos a Atena, o que a arqueologia estabeleceu, confirma a dimensão guerreira da deusa que é e será durante muito tempo a dividindade anticartaginesa para os Gregos da Sicília.

- *Ártemis* é irmã de Apolo. Está por toda a parte no Mediterrâneo, atenta à natureza, às fontes, aos portos. É, por exemplo, a deusa que, de Éfeso a Marselha, passando por Roma, parece acompanhar as emigrações jónias. O seu grande templo de Éfeso encontrava-se a 1,2 km da cidade (Heródoto, I, 26); precedido por diferentes estruturas de culto que as escavações permitiram conhecer melhor, começou a ser construído em 560; a maior parte das suas colunas tinham sido oferecidas (isto é, pagas) pelo rei lídio Cresos (I, 92). Era de estilo jónico, com colunas de caneluras finas assentes em bases emolduradas e sobrepujadas por capitéis guarnecidos com duas volutas, outrora pintadas de cores vivas. O tambor inferior das colunas tinha baixos-relevos esculpidos, enquanto na parte alta do templo um friso de mármore dava a volta ao edifício, com uma decoração de carros, cavalos e cavaleiros.

Por onde quer que passassem Jónios, os templos de *Ártemis* — os *Artemisia* — lá estavam. Os textos falam deles, textos muitas vezes tardios como os de Es-

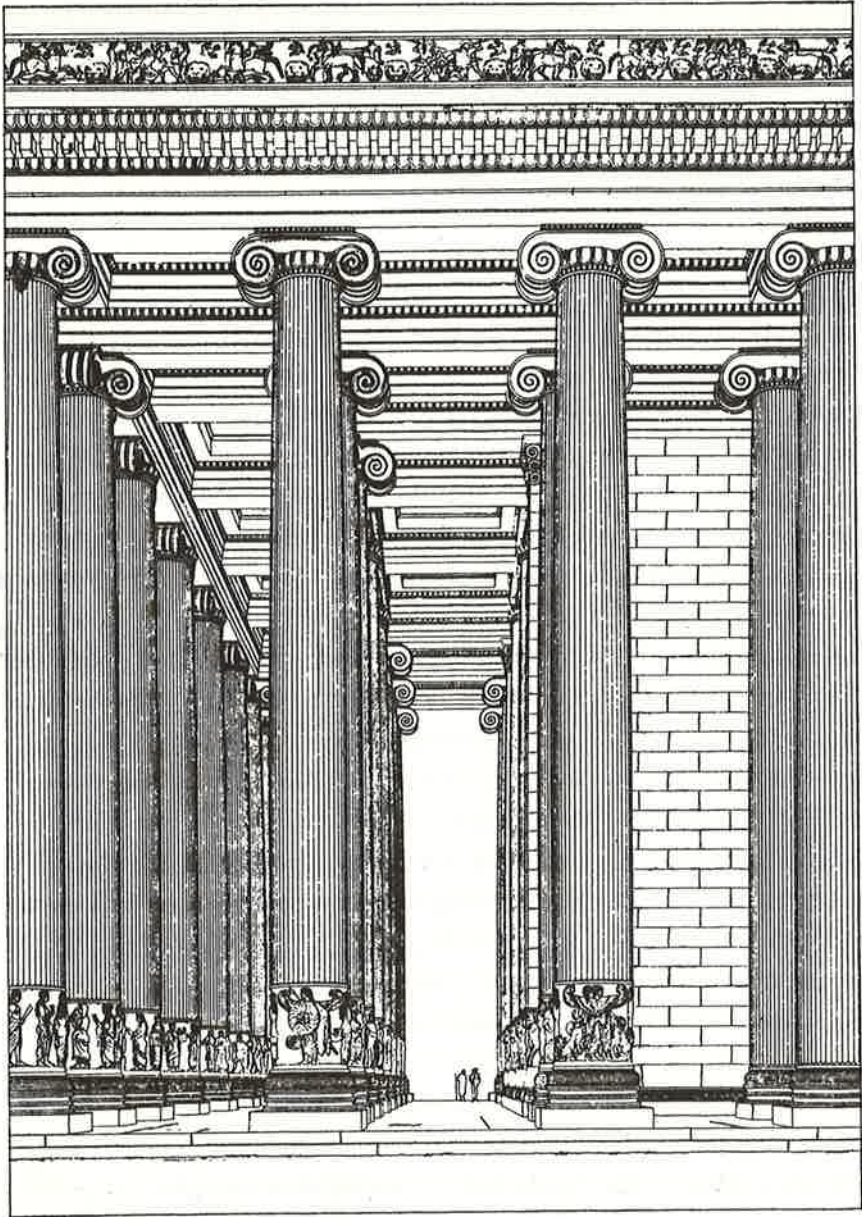


Fig. e — Templo de Ártemis em Éfeso
(segundo H. Berve, G. Gruben, M. Hirmer, *Temples et sanctuaires grecs*,
Paris, Flammarion, 1965, p. 257).

trabão, notavelmente informado por Artemidoro de Éfeso, um sacerdote de Ártemis do século II que colecionara tudo o que se sabia no seu tempo sobre o culto da Ártemis de Éfeso. Assim, são citados o *Artemision* de Marselha, o do delta do Ródano (não localizado), o da ilha de Giannutri, ao sul da ilha de Elba, o do cabo da Nau, em Espanha. Em Roma, no monte Aventino, isto é, directamente acima do *emporion* arcaico, o templo de Ártemis tinha sido construído no reinado de Sérvio Túlio, meados do século VI. Toda esta cadeia de *Artemisia* deve portanto relacionar-se com a chegada dos fugitivos ao Ocidente, após a tomada das cidades da Jónia pelos Persas (Heródoto, I, 166). E entre estes fugitivos havia uma sacerdotiza do templo de Ártemis de Éfeso, Aristarquê, que guiou um dos comboios até Marselha (Estrabão, IV, 1, 4).

A presença de um grande templo de Ártemis em Cócira (Corfu), construído pouco depois de 600, poderia relacionar-se com o papel dos Fócios no Adriático, de que fala Heródoto (I, 163); é precisamente o momento em que os Fócios se dirigem ao Ocidente para fundar Marselha. Todavia, o estilo dórico do templo e a decoração do frontão denotam a influência preponderante das oficinas coríntias. Em contrapartida, a construção de um grande *Artemision* jónico em Siracusa no fim do século VI, com 59 m de comprimento por 25 m de largura, obra talvez de uma oficina de Samos, poderia inscrever-se numa corrente jónica que se estende também à Sicília, onde um bairro (*chorion*) fócio foi assinalado em Leontinoi, igualmente na Sicília oriental (Tucídides, V, 4, 4).

Visão das cidades e dos territórios

Os deuses e deusas vêem permanentemente o mundo dos homens, as suas cidades, os seus campos, os seus templos. Os homens têm necessidade de olhar também o mundo em que vivem e de o mostrar aos outros homens.

As cidades arcaicas, fundadas entre o século VIII e o século VI, desenvolvem-se, organizam-se, estruturam-se. A população aumenta, o habitat adensa-se. Num ambiente de construções relativamente frágeis em que os incêndios deviam ser frequentes, os bairros dão aos arqueólogos a imagem de conjuntos em que reconstruções, reestruturações, ordenamentos, extensões, reafectações formam uma cadeia. Instabilidade da morada dos homens, submetida a tantos imponderáveis e reflexo de uma instabilidade de grupos familiares em vias de se consti-

tuírem. As épocas helenística e romana verão multiplicar-se as famílias poderosas que se afirmam, cujas grandes casas são muito representativas. A partir do século VI, em Atenas, em Roma, em Siracusa, para citar apenas algumas, estas antigas famílias são conhecidas dos textos e as escavações recentes em Roma, na encosta do Palatino, permitiram trazer a lume algumas casas, *domus*, imponentes.

Face a estes meios habitacionais que vão emergindo, as cidades depressa procuram dar uma boa ideia de si. A si próprias, primeiro, isto é, aos seus habitantes, mas também às cidades vizinhas, amigas ou rivais, aos meios indígenas que viram a colónia implantar-se nas suas terras e têm com ela relações diversas, aos parceiros, enfim, navegadores que frequentam as costas com o fito nas trocas comerciais. Em suma, a todo este ambiente humano cujo olhar dá existência à cidade.

Tem-se por vezes tendência para pensar que esta «encenação» da cidade para benefício alheio é uma característica das épocas helenística e romana. Pensemos nos grandes exemplos que são Pergamo e Alexandria, mas também na Roma do fim da República e início do Império, organizando os seus *fora* com intenções ideológicas e políticas claras.

É o fim do arcaísmo que anuncia esse processo. Basta pensar em algumas intervenções de vulto.

A via sacra de Delfos serpenteava através do santuário de Apolo e dos «tesouros» oferecidos pelas cidades do conjunto do mundo grego, de Cirena a Marselha e Clazómenas e de algumas cidades etruscas como Caere e Spina, até ao templo do deus, devastado por um incêndio em 548, o que deu lugar a grandes obras. Este escalonamento dos edifícios permitia apresentar outras oferendas espectaculares, por vezes colocadas sobre colunas altas, por vezes pousadas noutras, baixas. Os visitantes e os peregrinos, os *oikistai* designados e os embaixadores das cidades — os teoras — que iam consultar o oráculo assistiriam assim ao espectáculo de todo o mundo grego naquele lugar público e exposto aos olhares. E a visita podia prolongar-se ao segundo santuário, o de Marmaria.

Por toda a parte havia lembranças históricas que recordavam grandes momentos: a vitória dos Marselheses sobre os Cartagineses no século VI, a dos Liápíridas sobre os Etruscos, a dos Atenienses sobre os Persas, em Maratona, em 490, a dos Gregos sobre os Persas, ainda em Salamina (480). O olhar do passante podia mesmo deter-se nas pedras para construção por vezes importadas da cidade

que fazia a oferenda: a coluna e a esfinge ida de Naxos, nos anos 570-560, eram de mármore de Naxos das Cíclades; os próprio muros de suporte eram confeccionados em estrutura poligonal, agradáveis à vista, com as juntas curvas. E enfim, grandes e belas inscrições gravadas na pedra ou formadas por letras de bronze constituíam outras tantas legendas a este grande texto colectivo do helenismo, mostrado aos olhos de todos. Os grandes reis bárbaros, o frígio Midas ou os lídios Giges e Cresos, faziam questão de participar com as suas oferendas nesta exposição permanente, no cenário grandioso das encostas do Parnaso.

O exemplo délfico, incomparável, não é porém único. Poderíamos citar os outros grandes santuários, como Olímpia ou Delos, outros mais pequenos mas importantes como Claros, perto de Cólofon, Dídima, perto de Mileto, o santuário de Hera Lacínia, perto de Crotona, o do Sele, perto de Poseidónia e tantas outras povoações arcaicas, até modestas, onde se manifesta esta preocupação.

As acrópoles destinavam-se naturalmente a ser vistas de longe, colinas dos deuses dominando os bairros e as praças dos homens. A Acrópole de Atenas pode servir de modelo. É aqui que, no século VI, se inicia a construção do pórtico, graças aos bons ofícios do tirano Pisístrato, um primeiro esboço que foi aumentado e desenvolvido pelo arquitecto Mnesicles, a partir de 437. A subida da Acrópole, que inspirou Renan, proporcionava efeitos sabiamente estudados, com o bastião sobre o qual se encontrava o templo de Atena Nikê, obra de Calícrates, pouco posterior ao Propileu mas situado num local saliente, desde o século I reservado a Atena vitoriosa. Depois, ao sair do Propileu, o peregrino tinha a visão do Partenon precedida pela grande estátua de mais de 9 metros de altura de Atena armada, obra de Fídias, de 454. Também aqui se encontravam oferendas que captavam o olhar e despertavam recordações, como a cópia da quadriga de bronze a recordar a vitória dos Atenienses sobre os seus vizinhos beócios e calcídeos, em 506, que os Persas levaram na pilhagem da Acrópole, em 480.

Era este o percurso que de quatro em quatro anos efectuava a procissão das Grandes Panateneias desde 566 para ir oferecer o véu, o *peplos*, tingido com açafrão, destinado à deusa Atena. O friso jónico do Partenon, que dá a volta completa ao templo, permite compreender a organização desta procissão que se dividia em dois cortejos uma vez transposto o Propileu e depois se reconstituía diante da entrada oriental do templo. Todavia, o observador do friso tinha sobre o espectador da festa a vantagem de ver representados em sequência os diferentes

momentos da festa: a procissão (*pompé*), a parada de carros por ocasião dos jogos na ágora, a parada dos cavaleiros. Encomendado por Péricles, concebido e executado por Fídias, o friso jónico é portanto uma re-apresentação do conjunto das Grandes Panteneias, um dos momentos privilegiados em que, entre Ágora e Acrópole, Atenas se oferecia como espectáculo a si própria e aos seus visitantes (Beschi).

Através do mundo mediterrânico abundam outros exemplos, menos espectaculares mas igualmente convincentes. A maior parte das cidades costeiras são portanto feitas para serem vistas do largo pelos marítimos, mercadores e emigrantes. À beira-mar, aproveitando eminências ou o cimo das falésias, a maior parte das cidades instalam templos que podem por vezes parecer encontrar-se em posição marginal relativamente à cidade. Com efeito, também estão ali para serem vistas por quem chega e os périplos mostram que era muitas vezes por mar que se tinha a primeira visão das cidades arcaicas. Há exemplos que indicam que os navegadores se orientavam pelo frontão dos templos (Ateneu, XI, 462*b*). O mercador que se aproximasse das praias da Cartago arcaica via portanto o habitat numa planície sobrepujada e rodeada por colinas, entre as quais a de Birsa que talvez desempenhasse então a função de acrópole, com túmulos nas suas encostas meridionais. Em Marselha, no fim do século VI, ao entrar na profunda enseada que caracteriza este lugar, o espectáculo era ligeiramente diferente: à esquerda, do lado norte, o cais do porto era coroado pelos bairros que se estendiam pelas encostas das colinas Saint-Laurent, Moulins e Des Carmes que hoje dominam o Vieux Port.

É contudo o exemplo de Agrigento o mais espectacular. Trata-se de uma «apresentação» da cidade, e sobretudo dos seus deuses, aos navegadores. Agrigento tinha muito especiais razões para o fazer, a cidade que, a 3 km da costa meridional da Sicília, se encontrava na primeira linha face aos Fenícios de Cartago. Tinha «um vestido magnífico de templos e arcadas» (Políbio, IX, 8, 27). Estes templos têm, com efeito, na sua maior parte, uma posição extraordinária, sobre uma crista rochosa, entre a cidade e a margem, mas no interior das muralhas. Quer isto dizer que, do mar, Agrigento surgia primeiro como uma grande linha de templos, a «montra» da cidade. Os seis templos dóricos, de calcário amarelo então revestido de estuque branco, foram construídos entre o fim do século VI e o fim do século seguinte. No centro deste conjunto, um deles é o maior tem-

plo dórico jamais construído: media 112,70 m de comprimento e 56,30 m de largura e nunca foi acabado. Tratava-se de um templo a Zeus Olímpico iniciado após a batalha de Himera, em 480, graças à mão-de-obra proporcionada pelos prisioneiros cartagineses. A decoração recordava indirectamente a vitória sobre Cartago, com frontões esculpido mostrando a vitória dos Gregos sobre Gigantes e Troianos, símbolos das populações bárbaras. Assim, fronteira ao mar e a Cartago, Agrigento apresentava a todos os visitantes os seus deuses e as suas vitórias.

Olímpia, espelho do mundo mediterrânico

Outro cenário adaptado à exposição e à demonstração: o estádio dos santuários pan-helénicos, onde se defrontavam os atletas e onde, através deles, as cidades e os seus tiranos se destacavam. Olímpia é um desses lugares privilegiados. Este grande santuário no lado oriental do Peloponeso, em Elida, estende-se pela planície Alfeia e no recinto do *Altis*, ao pé do monte Cronos. Nada de comparável à paisagem de Delfos: aqui tudo é suave, neste sítio que tem «a sombra de belas árvores» (Píndaro, *Olímpicas*, VIII, 1, 10).

O santuário revela-se frequentado a partir do século X, mas os concursos começaram no princípio do século VIII, em 776, se seguirmos a data tradicional, que talvez tenha sido definida posteriormente. Como as primeiras terracotas do século X representam já carros, os concursos ter-se-ão provavelmente iniciado logo, antes de o santuário adquirir a sua notoriedade mediterrânica (Rolley). Realizavam-se de quatro em quatro anos. Eram abertos a todos os Gregos (Heródoto, II, 160) mas excluía os bárbaros (V, 22). Os príncipes indígenas faziam por vezes oferendas ao santuário, como Arimnestos, um «rei dos Tirrenos» (Pausânias, V, 12, 5), talvez da região de Rimini, na costa adriática. Todavia, nem sempre compreendiam prémios, como testemunha este diálogo entre gregos da Arcádia e persas:

«Os Árcades responderam (aos Persas) que os Gregos tratavam das festas olímpicas e assistiam aos concursos de ginástica, às corridas de carros. O outro perguntou-lhe qual era o prémio destas lutas; responderam que havia uma coroa de oliveira para o vencedor. Então, (...) ao ouvir dizer que se disputava uma coroa em vez de dinheiro, ele não pôde conter-se

e diante de todos exclamou: “Ah, Mardónio, que gente esta contra quem nos puseste a marchar, que tem como prémio da sua luta não a riqueza mas o valor”.» (Heródoto, VIII, 26)

Uma vitória nos Jogos tornava efectivamente o vencedor célebre em todo o mundo grego e permitia-lhe as mais loucas ambições: um ateniense, Cílon, cobiou a tirania após a sua vitória e tentou apoderar-se da Acrópole (V, 7); outro ateniense, Címon, vencedor por três vezes, foi enterrado diante dos seus cavalos (VI, 103).

Apolo era o príncipe de Delfos. Zeus é o senhor de Olímpia. Os tiranos apreciavam o lugar: Hipócrates, filho de Pisístrato e tirano de Atenas no século VI, oferecia aí sacrifícios:

«... e os caldeirões estavam a postos, cheios de carne das vítimas e de água; ora, sem que tenha havido fogo, puseram-se a ferver e a deitar por fora.» (Heródoto, I, 59)

A dimensão mediterrânica da encenação olímpica é bem evidente quando observamos a proveniência dos vencedores, considerando todos os concursos. No século VII, há sobretudo vitórias de Espartanos que arrebatam 31 concursos; os outros ficam reduzidos a um número exíguo: vêm de Atenas (696 e 692), de Esmirna (688), de Tebas (680), de Crotona (672) de Siracusa (648) e de Síbaris (616).

No século VI alarga-se o horizonte e o Ocidente faz melhor figura. Os vencedores de Crotona triunfam por 19 vezes entre 588 e 488; os Espartanos triunfam apenas 16 vezes, os Atenienses auferem apenas 8 vitórias; regista-se também 2 vitórias tarantinas (520) e uma apenas de um sibarita, sem data (Giangiulio).

Em Olímpia, tal como em Delfos, as cidades gregas — em particular as do Ocidente, como Gela, Siracusa, Selinonte, bem como Metaponte e Síbaris — ofereceram «tesouros»: são uma dúzia, bem alinhados num terraço natural, em posição ligeiramente elevada em relação ao resto do santuário e numa disposição extremamente cenográfica que, sob esta forma, é única no mundo grego. Nota-se o lugar reduzido ocupado pelas cidades da velha Grécia (Sicione e Mégara) perante o número de ofertas proveniente das fundações coloniais: da Sicília (Gela, Siracusa e Selinonte), do sul de Itália (Metaponte e Síbaris) mas também de Ci-

rena, de Bizâncio e de Epídamne. Algumas atribuições continuam porém a ser objecto de disputa, bem como a eventual presença de outras cidades ocidentais, como Sírís ou, sobretudo, Crotona.

Por cima da porta do tesouro dos Sibaritas devia estar pregada uma placa de bronze com um tratado de aliança, redigido em Grego, celebrado entre Sívaris e os Serdaioi, que se identifica cada vez mais com populações da Itália meridional (Greco); o acordo realizou-se às ordens de Poseidónia. Este documento — anterior a 510, data da destruição de Sívaris — confirma que Olímpia era então, com Delfos, um dos raros sítios onde se sabia tudo o que ao Mediterrâneo se referisse, directa ou indirectamente.

A partir de 476, Píndaro escreveu uma série de odes consagradas às vitórias olímpicas, no estilo das que também compôs para os outros grandes concursos, píticos em Delfos, ístmicos na Ístmia, perto de Corinto e nemeus na Nemeia, Peloponeso. Entre as 14 Olímpicas, faz-se sentir o peso da Sicília, reflexo do número de vitórias dos tiranos Hiéron de Siracusa, Téron de Agrigento (duas odes) e outros sicilianos de Siracusa, de Camarina (duas odes) e de Himera, bem como de Locres, no sul de Itália (duas odes). Resta pouco espaço para os vencedores de Egina, de Rodes, de Locres opôntica, de Orcómena, de Corinto.

Ainda no século V a dimensão mediterrânica dos jogos de Olímpia confirma-se, atestada pelos «tesouros» do santuário e pelas odes pindáricas.